

Conservadorismos na Educação Básica

IANAGOMES DE LIMA*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil.

BRUNA DALMASO-JUNQUEIRA**

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, Brasil.

“O que aconteceu com o ensino no Brasil nas últimas décadas?”, questionou o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) no lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM, em 5 de setembro de 2019. De imediato, respondeu: “Democratizou-se o ensino” (BOLSONARO, 2019). Essa frase nos parece emblemática para retratar um tempo no qual têm sido crescentes os ataques à educação pública e democrática. Em nossos estudos, vimos percebendo que, especialmente a partir de 2014, as escolas públicas brasileiras, particularmente através das figuras de suas professoras e professores, têm sido alvo de intensas ofensivas (MIGUEL, 2016; PENNA, 2017). Em uma onda que tem sido retratada a partir de distintos marcos teóricos – seja ele o do novo conservadorismo (LACERDA, 2019), do neoconservadorismo (BIROLI, VAGGIONE & MACHADO, 2020), da extrema direita ou da direita radical (PINHEIRO-MACHADO & VARGAS-MAIA, 2023) –, observamos o campo educacional ser progressivamente penetrado por forças associadas ao resgate de valores tradicionais hegemônicos e de interesses capitalistas. Nesse sentido, percebemos como premente a proposição de um dossiê intelectual e politicamente comprometido que se disponha a analisar seus efeitos e possíveis rotas de resistência – assim surgiu o presente compêndio de artigos que intitulamos *Conservadorismos na Educação Básica*.

O movimento Escola sem Partido, que ganhou destaque durante a última década, teve grande responsabilidade em orquestrar tais ataques, promovendo denúncias contra docentes com base principalmente em duas questões: ‘ideologia de gênero’ e ‘doutrinação ideológica’, temas que se fazem centrais nos artigos deste dossiê. Professoras e professores passaram a ser expostas/os nas redes sociais, com a divulgação de gravações não autorizadas feitas por estudantes em sala de aula e capturas de tela de suas postagens em

* Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <ianagomesdelima@gmail.com>.

** Doutora em Educação. Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais e Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: <dalmaso.junqueira@gmail.com>.

redes sociais privadas. À vista disso, compreendemos que o Escola sem Partido desempenhou um papel crucial na criação de um ambiente de desconfiança em relação à educação pública e aos/as docentes, o que, por sua vez, facilitou a expansão de políticas de controle sobre seu trabalho. Não à toa, tal movimento faz-se objeto de investigação de vários dos artigos aqui presentes.

Este não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas que tem se feito presente no âmbito educacional de distintas partes do mundo (BUTLER, 2019; CORRÊA & PARKER, 2020; KALEEM, 2023; CRESCER ONLINE, 2021; GREGIS ESTIVALET & DVOSKIN, 2022; APPLE, 2003; DALMASO-JUNQUEIRA & MOELLER, 2024). Com um caráter transnacional, esse movimento tem se desenvolvido buscando interditar avanços históricos conquistados por movimentos sociais (notadamente os feministas, LGBTQIA+ e negros), fazendo uso das arenas políticas e práticas da educação para promover pânticos morais (MISKOLCI, 2007) e resgatar visões de mundo excludentes. Nesse sentido, ainda que se deva fazer a devida contextualização geopolítica, visto que “Países do Norte Global exercem poder sobre o Sul e continuamente importam ideologias extremistas” (PINHEIRO-MACHADO & VARGAS-MAIA, 2023, p. 2), temos feito uso das lentes analíticas propostas por Michael Apple (2003) para compreender parte desse fenômeno – centralmente, através do conceito de *aliança conservadora*. Diferentemente de transpor suas ferramentas teórico-analíticas do contexto estadunidense dos anos 1980 de forma acrítica para a análise do Brasil contemporâneo, nos valem da relevante ideia de que a conquista de hegemonia política é sustentada e impulsionada não por um grupo isolado, mas pela atuação colaborativa de grupos que, em um determinado tempo e contexto, compõem essa aliança. No momento de sua pesquisa, o autor identificou quatro grupos que compunham esse bloco hegemônico interessado em promover reformas educativas nos Estados Unidos: neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e parcelas da nova classe média. Ainda que, discernindo as especificidades do contexto brasileiro, identifiquemos grupos distintos a compor essa aliança, reconhecemos haver, sim, uma coalizão de forças hegemônicas a promover transformações educacionais em nossa realidade contemporânea. O que nos interessa nesse momento, entretanto, não é sua identificação e apresentação, mas a utilidade do conceito da aliança conservadora como ferramenta que demonstra a complexidade do fenômeno, entendendo-o, a partir de Antonio Gramsci (1999), como uma coalizão tensa, contraditória e contingencial de forças. Através da leitura dos artigos selecionados para o presente dossiê, compreendemos ser possível vislumbrar distintos/as atores/atrizes dessa aliança conservadora e as estratégias que têm utilizado – tanto no contexto brasileiro, quanto no contraste com outros países – para fazer avançar uma agenda conservadora no campo educativo.

O dossiê *Conservadorismos na Educação Básica* é fruto do desejo de proporcionarmos distintas miradas – teóricas e geográficas – sobre essa temática. Com ele, buscamos dar visibilidade às investigações que vêm sendo conduzidas de forma comprometida em

distintos contextos com um propósito comum: aprofundar a compreensão desse fenômeno social para que se possam expandir as possibilidades de resistência e interdição dessas investidas. Além disso, a organização deste dossiê se circunscreve às ações de uma série de pesquisas que temos desenvolvido acerca do avanço do conservadorismo na Educação Básica. Especialmente a partir de 2019, o Coletivo Redes (grupo de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional que coordenamos, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul), se debruça sobre o tema e percebe sua complexidade. Entendemos haver muitos fatores necessários para sua compreensão e, em função disso, defendemos uma atuação científica e política que se dê de forma coletiva e complementar. Assim, o dossiê é por nós entendido como um esforço também coletivo, em que, por meio de um conjunto de produções, novas lentes e ferramentas teórico-analíticas possam ser conhecidas e mobilizadas.

O primeiro artigo do dossiê, intitulado *Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais brasileiras*, foi escrito por Catarina Cerqueira de Freitas Santos e Rodrigo da Silva Pereira. Seu texto traz importantes contribuições teóricas, demonstrando aproximações entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo a partir de uma revisão de literatura, que conta com produções atuais e basilares para o campo. Suas reflexões são fundamentais no atual cenário educacional brasileiro, colaborando para a compreensão do neoliberalismo em seu sentido contraditório de conservação – como “um projeto de restauração do poder da classe dominante” (SANTOS & PEREIRA, 2024) e, portanto, que serve para manter o *status quo* de grupos que, historicamente, ocupam lugares de poder. Essa é uma importante contribuição para o entendimento do neoliberalismo como parte de um projeto conservador. Catarina e Rodrigo utilizam as lentes do neoliberalismo e do neoconservadorismo para a realização de uma análise mais geral dos princípios que embasam as políticas educacionais de bonificação docente e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Assim, ao fornecerem exemplos práticos, demonstram como o neoliberalismo e o neoconservadorismo têm sido articulados em agendas que impactam direta e negativamente as escolas e sua concepção pública e democrática. Com as lentes teóricas de largo alcance utilizadas pela autora e pelo autor, buscamos abrir o dossiê de forma que se possa adentrar a temática que, com os próximos artigos, passa a apresentar contornos mais específicos das diferentes frentes de ação da aliança conservadora no campo educativo brasileiro.

A segunda produção é de autoria de Larissa Scotta e Mozart Linhares da Silva. O artigo *Família docendis: educação e ethos neoliberal na contemporaneidade* dedica-se à discussão do conceito de família, estabelecendo relações, especialmente, com as temáticas de gênero. Fazendo uso da lente teórico-metodológica da governamentalidade, a autora e o autor demonstram que a instituição da família traz, em si, a ideia de privado e do quanto tem-se constituído como agente privatizador da educação pública. Larissa e Mozart propõem uma análise do Escola sem Partido e de movimentos em prol da educação domiciliar,

mostrando, a partir deles, feições antidemocráticas e fascistas da contemporaneidade. O artigo estabelece conexões entre um horizonte macro político, da governamentalidade neoliberal, com acontecimentos e lutas no campo da educação, usando o conceito de família e de familismo como chaves para entender movimentos políticos recentes de ataques à escola. O texto mostra as conexões entre um conservadorismo moral e os princípios neoliberais, reflexão que se conecta e complementa a discussão proposta no primeiro artigo do dossiê.

O texto *Consciência histórica e redes sociais: ditadura civil-militar brasileira e o ensino de História no Ensino Médio* é o terceiro artigo do dossiê. De autoria de Naiara Isabela Matias, Maria Betânia Leal Pereira e Anderson Claytom Ferreira Brettas, o artigo traz contribuições acerca da influência das redes sociais na formação da consciência histórica de estudantes do Ensino Médio. Em uma realidade crescentemente marcada pela integração das redes sociais à vida cotidiana e à formação subjetiva da população, as autoras e o autor apresentam contribuições relevantes para o debate acerca do fenômeno, que tem sido eficientemente instrumentalizado por agentes conservadores e neoliberais. A produção se constrói a partir de uma pesquisa empírica realizada com discentes do 1º e do 2º anos do Novo Ensino Médio de uma escola pública de Uberaba (MG). Com uma abordagem qualitativa bastante bem fundamentada, o texto traz potentes aportes para se pensar a prática docente no contexto sociopolítico contemporâneo.

Ainda visando refletir sobre as vivências escolares cotidianas em um contexto de avanços conservadores, apresentamos o artigo *Injúrias, suicídio e neoconservadorismo: narrativas escolares de estudantes LGBTQIPA+*, de Breno Rafael da Costa e Vagner Matias do Prado. Através das lentes do neoconservadorismo e do neoliberalismo, o texto busca problematizar como esses regimes, ao corroborar a produção de injúrias nas escolas, podem também legitimar e alimentar a produção de processos de sofrimento e enredos suicidas em estudantes LGBTQIAP+. A partir de dados de pesquisa empírica e diálogo com literatura atual e atinente à temática, o trabalho apresenta análises sensíveis e bem fundamentadas de trechos de entrevistas capazes de demonstrar a complexidade do fenômeno do neoconservadorismo e de seus impactos sobre os contextos escolares e das subjetividades de estudantes dissidentes. Defendendo as escolas públicas como locais de possível prevenção do suicídio, em função de sua pluralidade que comporta existências diversas, o artigo consiste em uma relevante contribuição para o campo.

Neoconservadorismo, homeschooling e conselho tutelar: o direito à educação em disputa é de autoria de Helce Amanda Moreira e Ingrid de Faria Gomes. O texto mostra-se inovador ao trazer um debate ainda pouco realizado e que tem fundamental importância no contexto atual. Ao longo da produção, as autoras apontam como o conselho tutelar tem sido instrumentalizado por movimentos conservadores a partir de três frentes: 1) a agenda de legalização do *homeschooling* no governo Bolsonaro; 2) a produção criteriosa de orientações para famílias adeptas do *homeschooling*; e 3) a mobilização em torno das eleições para

os conselhos tutelares. A partir da análise de dados extraídos de legislações existentes, matérias jornalísticas e postagens no Instagram, os pressupostos do neoconservadorismo são explicitados pelas autoras em suas conexões, centralmente, com a direita cristã e do conceito de família.

Desde outra mirada, mas dando seguimento à produção acerca do *homeschooling*, Kassia Hellen Martins e Ligia Ziggiotti de Oliveira apresentam o artigo *Educação domiciliar: jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os poderes parentais e estatal*. Partindo do Recurso Extraordinário nº 888.815, julgado pelo STF em 2018, que rejeitou a legalidade do ensino domiciliar devido à ausência de regulamentação específica, as autoras realizam uma competente análise crítica. Em sua investigação, abordam não apenas os aspectos legais que sinalizam a insuficiência da decisão apresentada, mas também as implicações sociais, psicológicas e pedagógicas do *homeschooling*, trazendo à tona preocupações relevantes, como seus impactos na socialização e nos direitos das crianças e adolescentes. Com uma reflexão crítica sobre o papel da escola na formação cidadã e na promoção de uma educação inclusiva e democrática, o artigo se agrega ao debate sobre a regulamentação da educação domiciliar, reforçando a importância de uma política educacional que priorize os direitos de crianças e jovens e que respeite os princípios constitucionais da liberdade de ensinar, aprender e pesquisar.

O artigo que se segue, *Agenda Antigênero na Educação: análise relacional comparada do Brasil e do Chile*, é de nossa autoria, em parceria com Maria Teresa Rojas. Em uma análise relacional e crítica, buscamos explorar similaridades, particularidades e contradições dessa crescente e transnacional agenda conservadora nas políticas educacionais de ambos os países. Utilizando dados teóricos e empíricos de pesquisas em andamento, dedicamo-nos à compreensão desse conjunto de discursos e políticas conduzidos por alianças entre distintos grupos hegemônicos, tendo como oponente central a suposta 'ideologia de gênero', que estaria sendo inculcada em escolas. A partir de uma contextualização histórica que identifica processos de reacionarismo surgidos contra conquistas progressistas em ambos os países, reconhecemos no Chile atual manifestações ainda embrionárias (mas não menos belicosas) de uma onda antigênero que já se encontra institucionalizada no contexto sociopolítico brasileiro. De forma similar, identificamos igualmente a formação de alianças que também se conectam a políticas racistas e anti-imigratórias, demonstrando a flexibilidade ideológica e o caráter de conveniência das coalizões conservadoras.

Com objeto de investigação que se desdobra dessa mesma agenda antigênero, o artigo *Avanço da agenda antitrans na Educação: atuação de novos/as conservadores/as na Câmara dos Deputados* analisa a argumentação presente em projetos de lei que visam limitar os direitos de pessoas trans e travestis no campo educativo brasileiro. Sara Gomes e Pedro Teixeira, apresentam uma categorização inovadora das estratégias legais e sociais utilizadas pelo movimento chamado de novo conservadorismo brasileiro e identificam três

argumentos centrais presentes nos 47 projetos de lei analisados: a) críticas à linguagem neutra/não binária, b) oposição à implementação de banheiros unissex e c) a proteção de valores familiares e da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, que estariam sendo violados a partir do ensino da diversidade de gênero e sexualidade nas escolas. Em suas reflexões, Sara e Pedro problematizam a própria intencionalidade dos projetos de lei que, mesmo que não aprovados, cumprem um papel significativo de produção de pânico morais – o que contribui para a almejada manutenção das normas de gênero e sexualidade e o sufocamento do pensamento crítico e da autonomia intelectual.

De forma a complementar uma perspectiva comparada e transnacional, o dossiê se encerra com o artigo *La extrema derecha en España y la educación: un estudio del caso andaluz (2019-2022)*, de autoria de Cristina Pulido Montes. Em seu texto, a autora apresenta um importante panorama sobre o avanço da direita na Espanha, que viveu uma transição inédita em 2023 com a vitória de candidatos/as da extrema-direita em 10 municípios e, em específico, sobre esse avanço no campo educativo. O estudo parte da análise dos programas eleitorais do governo do partido conservador de ultra-direita VOX, assim como de políticas e discursos que circularam na imprensa. Cristina contextualiza, de forma bastante profícua, o crescimento da direita na Espanha e mostra o impacto desse crescimento na educação, apontando agendas semelhantes às que encontramos no Brasil, como a inserção de uma racionalidade neoliberal competitiva no campo da educação, que tem se traduzido na retirada estratégica da presença do Estado para dar lugar ao mercado e à mercantilização da educação pública. De forma complementar à análise entre Brasil e Chile, esse artigo contribui para a reflexão acerca do avanço da extrema direita como uma onda global, das semelhanças e especificidades em distintos contextos e dos potenciais aprendizados em termos de resistência que os pontos de vista comparados podem proporcionar.

Concluimos a presente apresentação sinalizando a relevância acadêmica e política da série de textos reunidos no presente dossiê. Com ela, buscamos não somente aprofundar a compreensão crítica sobre os impactos dos conservadorismos na educação, mas também oferecer ferramentas analíticas que encorajem e viabilizem a resistência aos avanços dessa aliança conservadora. Esperamos que este compêndio possa contribuir de forma significativa para o campo educacional que se pauta na defesa da democracia, do pensamento crítico, da autonomia docente e da diversidade. Ao reunir olhares teóricos e geográficos diversos (desde dentro e fora do Brasil), que trazem à superfície o caráter organizado com que diferentes grupos têm atuado na educação básica em busca da manutenção de valores hegemônicos, o dossiê serve como um chamado à ação e ao fortalecimento de pesquisas, políticas e práticas educativas comprometidas com a educação pública e sua pluralidade.

Referências

- APPLE, Michael W. *Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco & MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOLSONARO, Jair. *Lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM*, em Brasília. YouTube, 5 set. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AVQqLWu2Wj8>>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- BUTLER, J. What threat? The campaign against “gender ideology.” *Glocalism: Journal of Culture, Politics, and Innovation*, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.12893/gjpci.2019.3.1>>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- CORRÊA, Sônia & PARKER, Richard. *Anti-gender politics in Latin America*. Sexuality Policy Watch & Brazilian AIDS Interdisciplinary Association, 2020. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/E-book-Resumos-completo.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- CRESCER Online. Hungria aprova lei que proíbe conteúdos considerados pró-LGBT nas escolas. *Crescer*, 16 jun. 2021. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Educacao-Comportamento/noticia/2021/06/hungria-aprova-lei-que-proibe-contenudos-considerados-pro-lgbt-nas-escolas.html>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna & MOELLER, Kathryn. Um quadro analítico para teorizar a agenda antigênero na educação. *Education Policy Analysis Archives*, v. 32, n. 60, 2024. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/8829/3443>>. Acesso em: 30 out. 2024.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GREGIS ESTIVALET, Anelise & DVOSKIN, Gabriel. Education, sexuality, and anti-gender movements in Latin America. *Gender a výzkum / Gender and Research*, 2022.
- KALEEM, Jaweed. How drag queen story hour became a battle over gender, sexuality, and kids. *Los Angeles Times*, 22 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.latimes.com/world-nation/story/2023-02-22/drag-queen-story-hour>>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- LACERDA, Marina Basso. *O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.
- MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 101-128, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- Penna, Fernando. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35-48.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana & VARGAS-MAIA, Tatiana (Orgs.). *The Rise of the Radical Right in the Global South*. Abingdon: Routledge, 2023.